

m o v

e m e

n t o

Editorial

Os últimos meses trouxeram mudanças. E apesar das várias opiniões que foram surgindo a respeito dessa mudança, há uma afirmação irrefutável: estes últimos tempos são só o continuar das lentas mudanças das últimas duas décadas.

Trata-se do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – aquilo a que abreviamos, nos diferentes momentos de contestação – para RJIES.

O governo, representado pelo ministro Mariano Gago (que em tempos de fascismo, lutava por uma Escola livre e gratuita), foi capaz de uma especial bravura inédita: aprovou

uma das leis mais importantes, com o tempo mínimo possível de discussão pública (foi aliás a única vez que se usou este prazo mínimo, tendo este bastado para que a maioria das vozes, “à esquerda” e “à direita”, se declarasse contra a proposta de lei e pedisse mais tempo de discussão).

Talvez algumas vozes surjam a proclamar a Democracia: num Estado democrático, as pessoas votam para o Governo e este faz o que tem a fazer (ainda por cima, tem “maioria absoluta”).

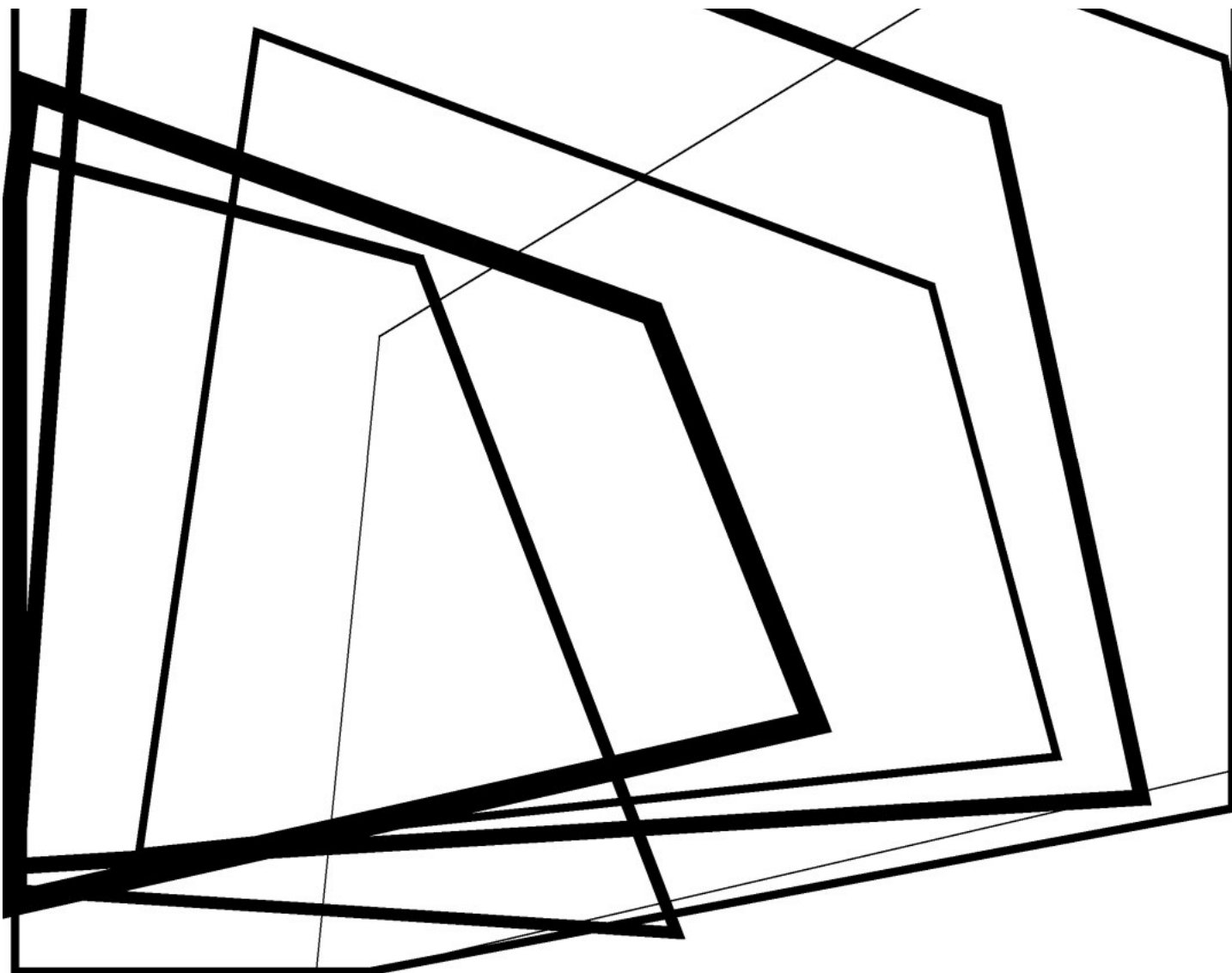
A crescente Privatização do ensino, é uma tendência que se desenha por toda a Europa. Grécia, Portugal e agora

França... Mas se nestes países os ataques são os mesmos, as respostas são diferentes, e é precisamente isso que deixa acreditar que o assunto ainda não está encerrado.

Este Jornal surge da nossa experiência no movimento estudantil e na reflexão do que temos feito nos últimos meses. Numa época onde os direitos dos trabalhadores são cada vez mais atacados, a precariedade atinge mais jovens e o ensino caminha para a privatização, juntar mais pessoas para a discussão é preciso, para que a luta avance.

A História escreve-se a cada momento e cada momento é

também de cada um de nós. Queres escrevê-la connosco?



A Escola, os estudantes e a memória

A Escola vive tempos difíceis. Bolonhizada, estrangulada, pauperizada e a caminho de ser totalmente privatizada (na sua gestão e financiamento, nos seus espaços, nas escolhas sobre o que se

çar sempre de novo quando olhamos para as dificuldades do presente e queremos intervir sobre ele? Na resposta entram vários nãos. Cada um deles pode e deve ser uma resposta aos que acham sempre que não possível fazer nada (mesmo quando se repetem anos a fio em Asso-

ensino. São exemplos de “vitória”, inseparáveis da participação alargada nas decisões e acções de protesto e de um olhar atento e inconformado perante a realidade. Algo para que temos de olhar, até porque as fronteiras já não ajudam a delimitar grandes diferenças nos ataques

nos fez assistir (e participar) na vergonhosa “divisão em Entrecampos” (quando uma manifestação nacional de estudantes se dividiu em dois, porque, no fundo, quem a organizou não queria nada dela tirando os seus próprios objectivos pouco colectivos). É certo que ainda experimen-

EU VOU TRABALHAR A RECIBOS VERDES

ensina ou investiga, etc.). As respostas e (ainda mais) as propostas têm tardado: as debilidades do associativismo estudantil (e não só) têm resultado, nos últimos anos, em acções circunstanciais, sem perspectiva e quase sempre com pouca participação. Dizer que vivemos tempos de amorfismo não chega. Nas escolhas tem faltado análise crítica, abertura, energia e coragem – nas reflexões e nas acções, mas também (talvez ainda mais) nas formas de fazer. Mas para a aceitação do presente e a naturalização da cascata de desgraçadas mudanças que o percorre, contribui ainda um outro factor (decorrente de todos os outros): falta memória.

Esta é a primeira dificuldade. A condição de estudante é transitória e cada vez mais entendida como um luxo que deve ser abreviado. É sabido

ações de Estudantes ou órgãos de gestão) e uma reflexão útil para quem quer construir alternativas: temos que acreditar que é possível contrariar a burocracia e o alheamento; não podemos tomar como adquirido que os “calendários de contestação” têm que ser apenas um apontamento na agenda de (poucos e eternos) protagonistas da “luta”; podemos experimentar abrir as participações e as reflexões, numa intervenção rica de temas e formas, aberta ao mundo e à vida, em que sabemos incluir outros (de dentro e de fora da Escola). E assim saber que nada está decidido à partida e conseguir olhar para o que acontece, reconhecendo as adversidades e fazendo escolhas sobre elas, mas sobretudo sabendo que as “brechas” são sempre mais frequentes do que nos fazem crer – exemplos recentes ajudam-nos a pensar: a luta (anti-

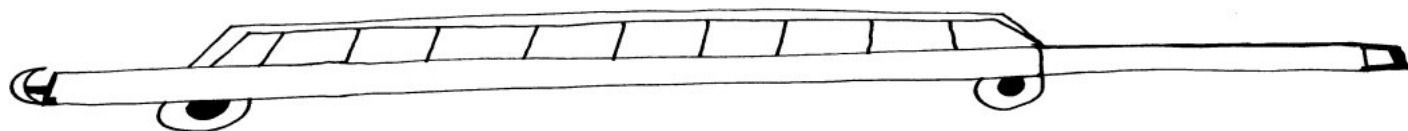
que são feitos ao ensino e a tudo o resto. Basta olhar para Bolonha (e para a forma como foi implementado) para confirmar isto mesmo.

Não nos pode espantar, pois, que hoje o “menu” que nos oferecem seja o do aumento das propinas, da privatização das Universidades – ou na versão *light*, de consumo mais diferido, a sua passagem a fundações... – ou dos cortes de mais de 10% na rubrica do Orçamento de Estado para o ensino superior. É um caminho longo, começado (pelo menos) no início da década de 90, quando o governo de Cavaco Silva impôs as propinas “apenas para melhorar a qualidade do ensino”. Hoje sabemos qual é o programa... Mas também na altura muitos milhares de estudantes sentiram a ameaça e lutaram durante anos contra esta lei de financiamento: boicotes ao pagamento, manifestações

támos a mobilização e oposição a alguns aumentos posteriores das propinas. Mas a verdade é que se foram sempre sobrepondo os protagonismos à aprendizagem colectiva e à continuidade das reflexões e acções. É por isso que tanto vazio se acumula num presente tão cheio de desafios.

A memória é, portanto, bastante diferente da tradição, da saudade ou da nostalgia. É um instrumento que ajuda a compreender o presente, a saber que existem possibilidades e a construí-las, a excluir erros e a entrever o futuro.

É por tudo isto que é urgente construir e alargar alternativas à desistência e à irresponsabilidade. Felizmente, nos últimos tempos elas têm aparecido – um sinal que demonstra que é possível tentar a abertura, a aprendizagem, a clareza e a determinação. É claro



que longe vão os tempos da “massificação do ensino” – nunca verdadeiramente atingida no ensino superior, aliás – e que hoje o discurso dos “choques tecnológicos” pouco mais é que palavras obrigatórias em tempo de globalização e de domínio das tecnologias da informação

Será, então, inevitável come-

CPE) contra a proposta de total precarização dos jovens franceses, que levou milhões de pessoas às ruas e encerrou centenas de faculdades, obrigando Villepin e Sarkozy a recuarem; ou as greves e encerramentos de centenas de faculdades na Grécia no último ano, numa oposição energética à privatização do

frequentes e muito numerosas, faculdades em agitação permanente. Infelizmente, não foi suficiente para travar o que agora é já impossível de esconder. O desafio é saber como ficou tão pouco desse processo – tão pouco que nos obrigou a aceitar sem qualquer discussão uma implementação apressada e não discutida de Bolonha e ainda

que, com todas as dificuldades, estas são coisas para hoje e não para um “depois”, que é sempre tanto “mais oportuno” quanto mais distante. A não ser que queiramos viver derrotados toda a vida. E isso nós não queremos.

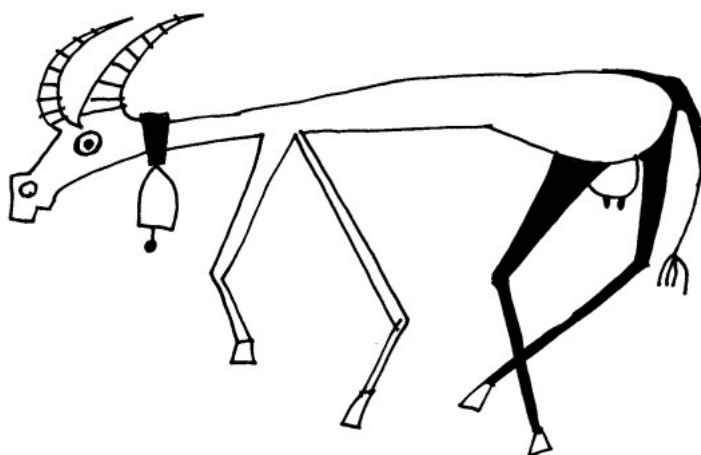
Tiago Gillot

Regime “Fatídico” para as Instituições do Ensino Superior?

No final de um ano lectivo, quando começam os exames e acabam as aulas, quando os estudantes estudam e têm menor capacidade de mobilização chegam as respostas a algumas perguntas que já vinham a ser anunciadas há algum tempo sob a forma de um novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Vale a pena mais uma vez reparar no timing em que estes documentos são revelados, mesmo em cima da época de exames, mesmo no final do ano, durante as férias, não é esta a primeira vez, basta ter um pouco de memória para reparar que a estratégia usada é quase sempre a mesma, lançar as leis nas férias, decidir de Escola vazia para que os estudantes não estrebuchem muito.

Sendo este um texto de análise deste novo RJIES começemos pelo início, pela definição, este conjunto de leis vem em regular as instituições do Ensino Superior nomeadamente a sua constituição, atribuições, e organização, o funcionamento e competência dos seus órgãos e, ainda, a tutela e fiscalização pública do Estado sobre as mesmas. E não é preciso ler muito dele para vermos o que começa a cheirar mal, logo no artigo 2º (na primeira página) lemos o que é a missão do ensino superior para estas pessoas, que em três pontos se define com o objectivo de qualificar de alto nível os portugueses e portuguesas, assegurar as condições para que todos os cidadãos possam ter acesso ao ensino superior e estimular a mobilidade dos estudantes e diplomados. Discurso um pouco contraditório com o que se tem visto com Bolonha, os cursos passaram a ser de menor duração, e o segundo ciclo será para todos? E não

há uma palavra acerca da preocupação social que estas instituições devem ter, nem acerca do incentivo à participação democrática no conhecimento, pois ao longo do documento vê-se que esse não é um objectivo, o que se quer é uma Universidade que seja uma boa ‘máquina de fazer chouriços’ com o âmbito único da empregabilidade.



Páginas à frente, não muitas, está um artigo 9º que define o seguinte: As instituições de Ensino Superior públicas são pessoas colectivas de direito público, podendo porém revestir também a forma de fundação pública de direito privado, nos termos previstos no capítulo V do título III.

Acho que a frase fala por si, e já não há vergonha em admitilo por parte de quem fez esta lei, o caminho que se quer seguir é o da privatização. A rede de Escolas criada no país durante todos estes anos através de dinheiro público, ou seja de todos os portugueses, que confiam num sistema público de Ensino que favorece a educação de toda a gente sem preconceito pode mudar de um dia para o outro para um sistema privado, que terá preocupações bem diferentes de um sistema público como sabemos. E hoje em dia estamos recheados de bons exemplos, basta ligar a TV ou

ler um jornal. Se se consultar o tal capítulo V que regula a Criação da fundação, o artigo 1 define que esta fundação pode ser criada mediante a proposta de apenas uma pessoa, o reitor ou presidente, aprovada pelo conselho geral, por maioria absoluta dos seus membros. O presidente decide, e os estudantes, como verão à frente não podem ganhar contra uma maioria absoluta.

Esta possibilidade de acesso de toda a gente ao Ensino Superior é posta em causa umas páginas mais adiante, no artigo 20º, no ponto 7. Depois de dizer no ponto 2 que a acção social garante que nenhum estudante é excluído do subsistema do Ensino Superior por incapacidade financeira, o que como princípio não podia estar mais correcto, este 7 confirma mais uma vez a falta de vergonha e o caminho assumido por este documento. Afirma que o Estado promove e a disponibilização de empréstimos aos estudantes. Aqui o Estado formula o princípio mas depois demiti-se da sua capacidade para o executar lançando os estudantes na concorrência bancária que tanto quer bem aos futuros empregados e futuros devedores.. Não vamos incentivar as bolsas. Depois de acabado o curso, pagas o que andaste a fazer, e pagas também o

empréstimo da casa, e do carro, e do recheio da casa, e ainda és capaz de ter algum dinheiro para comer e... viver. A precariedade é para começar na Universidade.

Gostava de ficar por aqui e não continuar a ler, mas ao virar a página vejo a alínea f) do Artigo 25º em que o Estado se compromete a assegurar a participação dos estudantes, professores e investigadores na gestão dos estabelecimentos, esqueceram-se dos funcionários não foi? Mas vamos ver como isto se faz. Na composição do conselho geral que tem membros dos professores e investigadores, assim como dos estudantes, não se voltam a ver funcionários... foram substituídos por personalidades de mérito reconhecido não pertencentes à instituição, eleitos pelos membros anteriores por maioria de dois terços. Mais à frente vêm os pontos que definem os membros que compõem este conselho, mais de 50% de professores e investigadores e, pelo menos 30% de personalidades, de mérito, o que deixa os estudantes com menos de 20% de representação, e sendo que estes conselhos terão entre 10 a 25 membros vamos nos reduzidos a 1 representante. Menos representação, menos possibilidade de vermos reconhecidos os nossos direitos, menos possibilidade de ideias diferentes circularem, menos democracia, mais controlo. E é chocante e sem vergonha, mais uma vez, eliminarem os funcionários das decisões.

Chega!! Assim não vamos lá, não se pode assistir de forma pacata a um atropelar seguido de tantos direitos de um Ensino Superior de qualidade. Como definido na RGA de 29 de Maio exigimos que enquanto estes pontos não forem retirados do documento revogaremos toda esta nova lei que está em

O Público [é] alvo

discussão artigo a artigo deste RJIES.

Esta moção foi aprovada por unanimidade de todos os estudantes presentes.

Marco Marques

A transitar para Bolonha, aparece o novo Regime Jurídico para as Instituições do Ensino Superior. As Escolas esclarecem os seus alunos com incertezas normalizadas. As Universidades sofrem um corte orçamental efectivo superior a 15%. “Autonomia” é o novo termo favorito. Mas a empregabilidade, a mobilidade, licenciaturas e mestrados são o alter ego da precariedade e da flexigurança no outro lado do muro.

A privatização do Ensino Superior é um cefalópode. A coroa de tentáculos está cheia de apêndices não segmentados que a alimentam e tornam possível. O mercado tem vindo a ocupar as Escolas sob variados termos. Já habituados aos patrocínios – e mesmo posse – das semanas académicas, às festas para os estudantes, aos pacotes de viagens para finalistas, à imagem mercantil do estudante trajado... é fácil não estranhar o percurso que daí é feito.

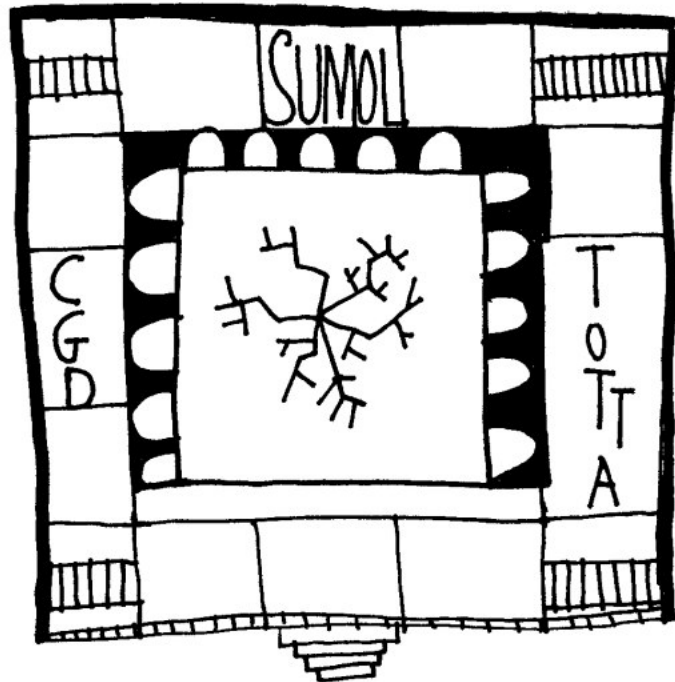
No âmbito do Estatuto Mecenate, as salas adoptaram os nomes das empresas que as remodelaram. Um detalhe pouco importante, afinal as condições melhoraram e isso é que interessa, ou talvez não. O Estado é substituído pelo pouco inocente altruísmo empresarial. A perenidade do plástico e circulação oral e inconsciente das marcas publicita-as de um modo fácil,

gratuito e com direito a benefício de incentivos fiscais previstos neste Estatuto [na redução do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC – e das Pessoas Singulares – IRS].

A dependência directa destas empresas não se resume à remodelação de salas, vejamos o caso dos computadores. No edifício da biblioteca, entramos no espaço da empresa que permite que os

preencher a imagem que a empresa quer passar.

Estas presenças não são só espectrais, há também as que declaradamente ocupam um espaço, que é seu, dentro do espaço público: o banco que, debaixo das escadas, vende os seus serviços. A par da prática da venda do serviço está a imposição do mesmo. Um aluno para provar que estuda no ISA [entidade pública], é obrigado a ter um car-



usemos, os cartazes que publicitam e os cartões que vão aparecendo em cima dos monitores não nos deixam esquecer isso. Por outro lado, há ainda o caso dos computadores por usar de um acordo feito com uma Instituição Bancária. Mas por que não estão eles à disposição de quem precisa? A resposta é do conhecimento geral: para que este material esteja ao acesso das pessoas, terá que ocupar uma sala com condições particulares e num lugar de destaque dentro da Escola. Relembra-nos, portanto, que o altruísmo é limitado à capacidade de publicitar e de

tão do banco [entidade privada] sedado na Escola. O problema é desvalorizado por não ser obrigatória a abertura de uma conta, no entanto, os dados são cedidos à instituição bancária e o cartão de estudante tem o seu logotipo. A alternativa a este cartão é simplesmente não tê-lo e andar com o papel de inscrição na carteira, já que o ISA se desresponsabilizou totalmente da atribuição do cartão de estudante.

Ultimamente temos sido acolhidos por uma campanha particularmente agressiva de um banco que disponibiliza

empréstimos para pagar propinas [há pelo menos mais quatro com créditos semelhantes]. Há cartazes espalhados pelas Escolas [e não só], spots televisivos irritantemente repetidos, capas de jornais “universitários” de distribuição gratuita. Apresentam-se como uma solução para o futuro através de um investimento na formação. Anunciam vantagens para os alunos de Escolas já em Bolonha e que tenham parcerias com o banco. Os períodos de carência vão até sete anos [os juros são pagos mensalmente] para que eventualmente se comece a pagar depois de concluído o curso. A meritocracia afaga estes créditos que determinam classes de médias escolares para as quais as taxas de juro são reduzidas. Mas se o aluno chumbar, então o crédito termina e o reembolso é automaticamente iniciado!

Não é preciso pagar uma licenciatura – pré ou pós bolonha – em marketing para saber que as campanhas publicitárias surgem em contextos específicos.

Numa altura em que surge um novo Regime Jurídico para as Instituições do Ensino Superior com um ponto no artigo da acção social que encarrega o Estado de disponibilizar empréstimos aos estudantes, cedendo à pressão dos bancos, desistindo de “estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino” e oferecendo um rendimento extra à banca através do pagamento de uma renda acima do valor real das propinas. Numa altura em que o corte orçamental é violento e as Escolas podem definir o valor das suas propinas. Numa altura em que as Universidades se adaptam a Bolonha e as propinas para os mestrados rondam os 3500 e 4000 euros [sendo que a propina máxima para a licenciatura quase atin-

O RJIES e o fim do Ensino Superior Públi-

ge os 1000€ e continuará a subir], surgem estas formas de comprar o ensino [des] democratizado.

O pagamento dos empréstimos pode ir até 14 anos e os valores mensais não são irrisórios. Saídos da Escola e inseridos no mercado de trabalho precário, as dívidas são grandes antes de se auferir de qualquer remuneração [seria bom olharmos para alguns exemplos nos Estados Unidos]. A vida é hipotecada, mas tirou-se um curso superior.

De Universidades a Fundações, o que muda não é só o nome. De bolsas de estudo a empréstimos, quem é que pode estudar? Direcção para o mercado de trabalho, quem manda no conhecimento? O que queremos da Escola pública? O que entendemos por direito ao ensino? O caminho não pode ser este.

* in Constituição da República Portuguesa, Capítulo III, Artigo 74°.

Daniela Pereira

Foi no dia 28 de Maio que começamos a ouvir falar no RJIES, rapidamente nos apercebemos que o seu conteúdo merecia discussão e rapidamente afizemos. Não foi em vão que o Jmov eJ produziu o dossier de textos sobre o Ensino Superior, apontando não só as nossas críticas ao RJIES mas também fazendo pontes com Bolonha, com a memória dos últimos acontecimentos, com os interesses já instalados na Escola.. Este dossier marcou o início da discussão pela nossa parte do Regime Jurídico. Nunca nos foi perguntado nada.

Nessa semana houve também uma RGA no ISA onde se discutiu o mesmo documento, foi também uma óptima discussão com todos os participantes e toda a Escola saiu com uma posição unificada em relação ao documento. Essa posição é clara, somos contra os princípios gerais do RJIES, nomeadamente o seu ímpeto privatizador e fomentador de desigualdades com a possibilidade das fundações

públicas de direito privado, contra a diminuição da representatividade dos estudantes e funcionários nos órgãos de gestão e contra o fim da acção social e o início dos empréstimos. Dizemos mesmo que se estes princípios não forem retirados somos contra esta nova proposta!!

O incómodo notou-se também em outras faculdades, estudantes, funcionários e professores mostravam-se preocupados com a falta de discussão e com a necessidade de agir. Agir porque não somos apáticos como este Governo nos quer fazer ser, agir porque acreditamos numa alternativa académica e nas pessoas que existem na Escola. Assim os vários movimentos reuniram no dia 19 de Junho com professores e funcionários e decidiram criar o movimento 'Para a Lei', que como primeira acção promove a Petição pelo Alargamento do Prazo de Discussão do RJIES. Este documento foi assinado por mais de 5000 pessoas apenas numa semana. Não será isto um sinal de preocupação de toda a Escola acerca do que pode este RJIES trazer? A petição foi

entregue a tempo da véspera da votação do documento na Assembleia da República, mesmo assim a votação do dia 28 de Junho acabou com a maioria socialista a aprovar o documento na generalidade. Estivemos lá e manifestamos a nossa posição!

No dia 9 de Julho a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura no âmbito dos trabalhos de apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 148/X, que "Aprova o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior" e do Projecto de Lei nº 271/X, do PSD, relativo à "Lei de Autonomia e de Gestão das Instituições de Ensino Superior", decidiu organizar uma Audição Parlamentar, das 10h00 às 19h00, no auditório do Edifício Novo da Assembleia da República. Estivemos lá, assim como várias dezenas de professores, estudantes e funcionários. Nesta audição não houve debate, apenas registo das opiniões que se iam ouvindo. Na generalidade todas as intervenções tocaram num ponto fundamental, a pressa com que o Governo quer levar esta reforma, sem ouvir ninguém.

No dia a seguir, dia 10, esta mesma comissão recebeu o grupo de peticionantes do Para a Lei. O texto que se segue faz parte do comunicado de imprensa enviado pelo movimento: "A audição iniciou-se com uma breve apresentação da petição, começando pela linha de fundo da mesma que é o pedido do alargamento do prazo de discussão. Passou-se depois para uma análise geral da lei focando os pontos e princípios pelos quais não podemos ser a favor desta lei. Seguiram-se as intervenções dos deputados presentes dos grupos parlamentares. Todos, excepto o PS, se mostraram a favor do adiamento do prazo de discussão, e apesar de alguns partidos como o PSD e



co?

CDS-PP não concordarem com alguns dos nossos princípios, todos acham que a lei não foi discutida e que não se pode avançar assim com uma lei destas. O PS interveio a

confirmar que o GOVERNO PS não está rigorosamente nada interessado no que pelo menos 5000 pessoas em uma semana tentaram fazer-lhe chegar. O GOVERNO PS

daças que simbolizam a falta de discussão. Esta acção de protesto não foi convocada por nós mas antes decidida em ENDA, acontece que a confusão das AAEE não a

mos lá para contestar também. Depois de tudo isto é óbvia a forma autista de como esta lei foi aprovada, relembramos que o último Regime Jurídico desta natureza foi

EU SOU DA GERAÇÃO 5000 EUROS

custo depois de todas as intervenções, sendo que estava apenas um deputado na sala, tendo chegado mais dois na altura da intervenção. Durante as várias intervenções, este grupo parlamentar mostrou um ar de alguma bazófia às mesmas, o que nos faz questionar da utilidade do exercício de cidadania através dum a petição de 5000 assinaturas. O teor da intervenção do PS consistiu em apenas agradecer a nossa vinda até ali, afirmando que o processo tinha vindo a ser amplamente discutido, e que inclusive a discussão já se tinha iniciado desde o relatório da OCDE. Afirmando que o que interessa é a qualidade da discussão e não a quantidade da mesma, e que a primeira teria sido assegurada ao auditar as estruturas representativas do corpos académicos, o Partido Socialista informou-nos assim que a discussão democrática estava garantida. No final houve espaço para mais perguntas (o porquê da pressa de aprovar esta lei?) por parte dos subscritores da petição, às quais, como já tem vindo a ser hábito, o PS não soube responder. Concluindo, o desrespeito e o absoluto autismo demonstrados pelos poucos deputados do PS presentes na audição, a ausência de comunicação social no momento da mesma (tendo estado presente toda a manhã na audição do ministro da tutela), a afirmação implícita de que não teria havido melhor altura para aprovar o novo RJIES que a altura de exames e de Verão, só vêm

revelar uma incompreensível obstinação pela aprovação desta lei, sem ninguém perceber o porquê, e sem estar interessado em explicá-lo!"

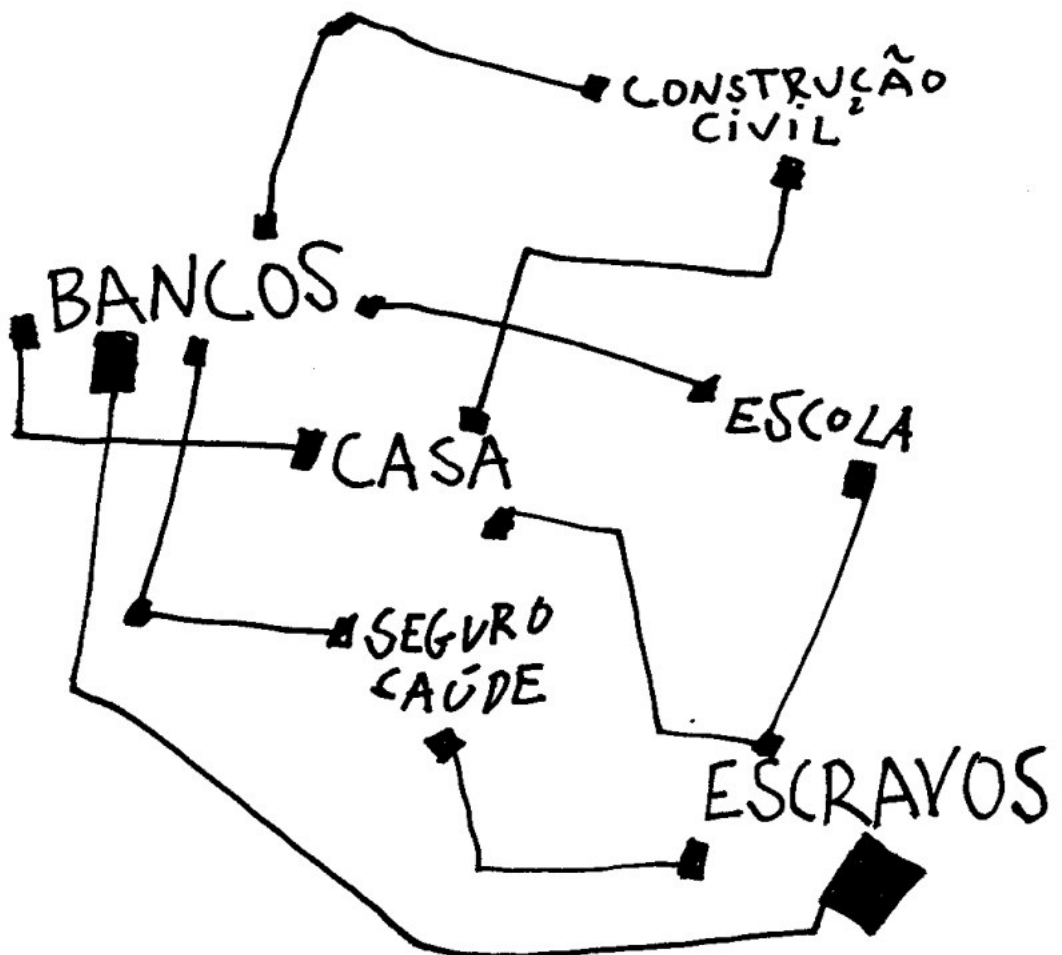
Depois desta falta de respeito decidimos (Para a Lei) participar numa manifestação para o dia 16 de Julho frente ao MCTES, estivemos lá e voltamos a marcar a nossa posição, levamos faixas com palavras de ordem, levamos mor-

conseguiu convocar e foi desmobilizando a data, lançando novas acções para outros dias ou mantendo-se no fingimento de querer fazer alguma coisa. O que é certo é que não estiveram lá.

No dia 19 de Julho foi aprovado na Assembleia da República o novo Regime Jurídico para as Instituições do Ensino Superior com os votos a favor da maioria socialista. Estive-

aprovado por unanimidade em 1988, o PS decidiu avançar não ouvindo ninguém e a factura social será paga.

Marco Marques



No limbo do Processo

Há alguns anos atrás, ter acesso ao ensino superior não dependia só do mérito próprio de cada um, dependia muito das condições sócio-económicas dos indivíduos, e a esse frustrante sistema fundia-se o sistema do pensamento da sociedade, que via isso com uma pontinha de resignação e inevitabilidade. Quem quis estudar nessa altura e não pertencia ao leque dos privilegiados, viu frustradas as suas expectativas, o seu desenvolvimento pessoal, os seus sonhos. Felizmente houve alguém que ousou pensar diferente, que quis mudar esse sistema e que conseguiu mudar também o modo de pensar das pessoas.

Tirar um curso superior hoje depende mais do mérito de quem isso pretende, e eu na minha situação de estudante, sinto-me como a materialização dessa tal ousadia, dessa tal mudança de sistema e de mentalidade. Uma materialização consciente.

Dizer que o ensino superior hoje em dia, já não é para todos é uma heresia respectivamente ao que se conseguiu, mas não me surpreende. O que me surpreende é que esse processo a que se chama de Bolonha e as novas leis que legitimam o seu espírito, tenham uma tão passiva reacção por parte dos estudantes, dos professores, da sociedade em geral.

Será que ainda ninguém reparou nos preços das propinas do 2º ciclo de Bolonha? Sim, em algumas escolas chegam aos 5000 €! Pagas numa lógica mais ou menos igual ao "leve um curso pague dois".

Paralelamente a Bolonha há todo um conjunto de acontecimentos mais ou menos subtis

que pretendem declaradamente mudar o nosso pensamento de como deve ser o ensino superior e qual é a função perante a sociedade.

Há um sistema de pensamento que nos querem impor, que se tenta instalar aos poucos e poucos entrando através do sorriso de jovens bonitos impressos em brochuras de créditos de cores atraentes que nos cantam em falinhas mansas sobre como financiar os nossos cursos... Estes ataques que nascem desta convivência com a "inevitabilidade", são dirigidos de certeza aos que mais adormecidos andam e não sentem o processo a desenrolar-se. Como é possível não sentir asco ao ver uma coisa destas!

Sinto-me temporalmente no limbo deste processo, naquele período de tempo entre o ontem e o "inevitável amanhã do processo", mas espero não estar no limbo da mudança do pensamento social, entre o "tens direito" e o "tens direito a pagar".

E é neste momento que me pergunto, mas "porque está isto a mudar?" Sim tem de haver uma razão, que se me lembro bem nunca foi discutida com os estudantes. Que metafísica é esta em que os estudantes não passam de meros intermediários a um fim que lhes é alheio?

Insinuações faço-as, e pergunto se essas razões não terão como base os lobbies empresariais europeus, no desejo de submeter o Ensino Superior aos ritmos, estratégias e opções do "mercado" e os estudantes à precariedade, à instabilidade e à sua arbitrariedade. Parece-me legítima esta insinuação.

E é no limbo que me lembro que os cortes do Orçamento de Estado para o ensino superior este ano já foram de

15% e que com alguma desconfiança arrisco para os próximos tempos uma diminuição sucessiva, deixando o caminho em aberto para a única solução, adivinhe-se: transformação da universidade em fundação legitimada, claro, pelo novo regime jurídico. Ou seja, a metafísica do ensino superior toma os rumos dos interesses privados.

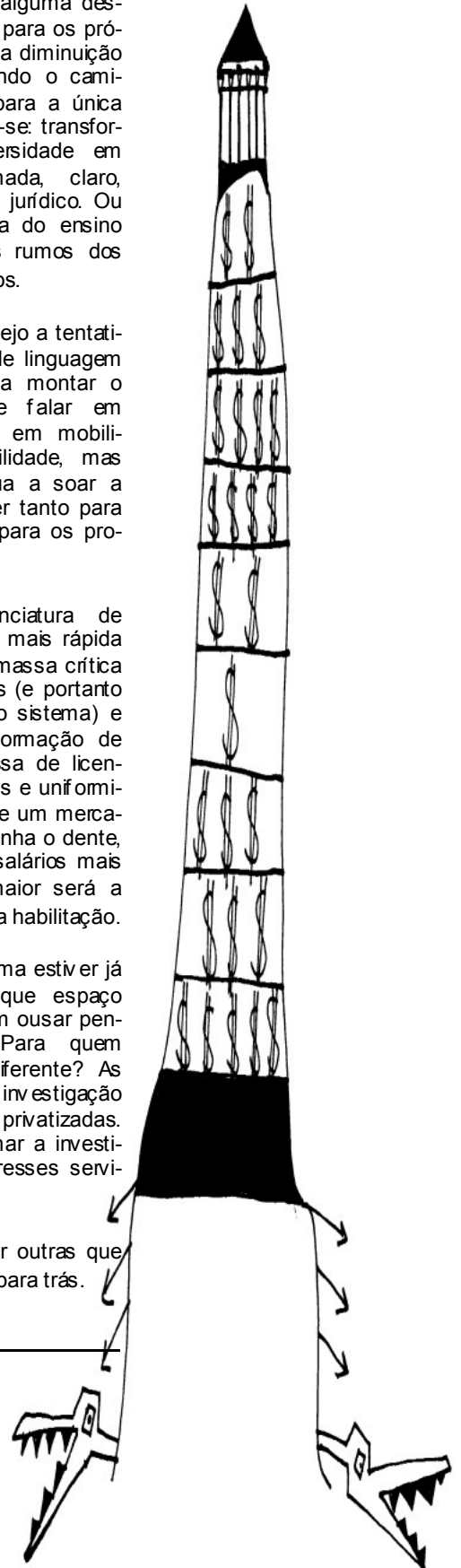
É no limbo que vejo a tentativa de mudança de linguagem por quem está a montar o sistema: ouve-se falar em empregabilidade, em mobilidade, em flexibilidade, mas tudo isto continua a soar a precariedade quer tanto para os alunos como para os professores.

Com uma licenciatura de menor duração é mais rápida a eliminação de massa crítica das universidades (e portanto o saneamento do sistema) e mais rápida a formação de uma grande massa de licenciados fresquinhos e uniformizados à mercê de um mercado que lhe arreganha o dente, oferecendo-lhes salários mais baixos pois é maior será a procura e menor a habilitação.

E quando o sistema estiver já bem instalado, que espaço haverá para quem ousar pensar diferente? Para quem quiser estudar diferente? As bolsas para a investigação serão também privatizadas. Que rumo irá tomar a investigação? Que interesses servirá?

É por estas e por outras que Bolonha é andar para trás.

João Antunes



Quanto vale o espaço?

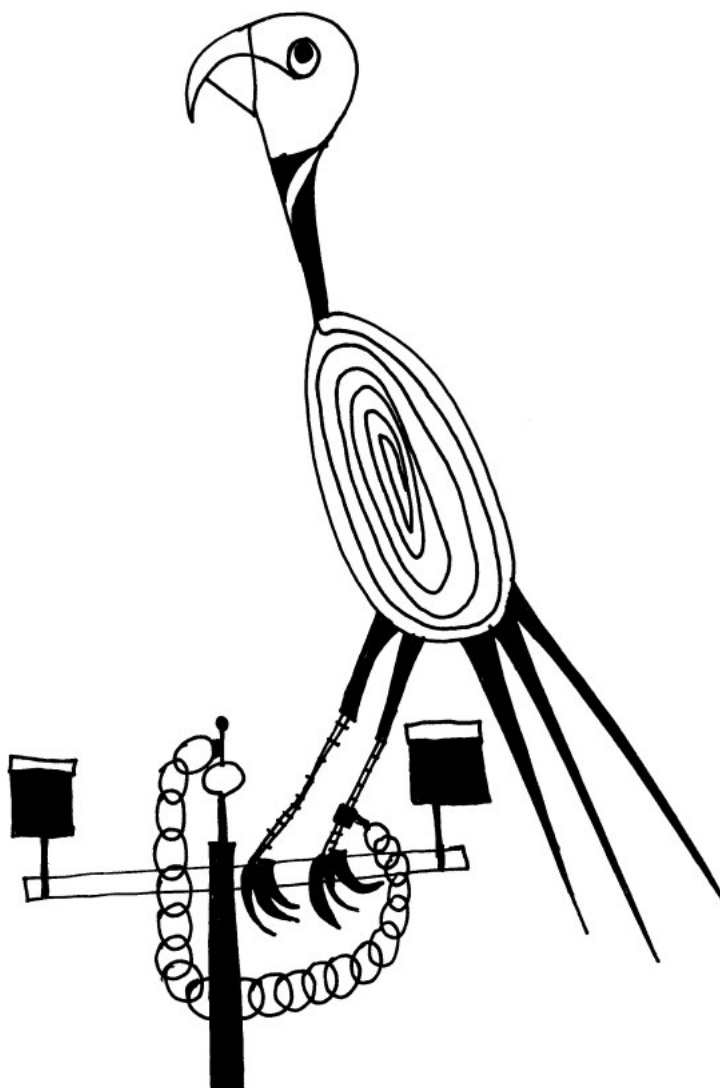
Muito se tem falado nos tempos que correm de alterações climáticas e suas consequências. Contudo, ainda há gente que nega a sua existência... O que é certo, é que estas se têm feito sentir em todo o globo terrestre, nuns sítios mais noutros menos.

A comunidade em geral vive preocupada com as suas consequências, e lá vão acarretando com responsabilidades, obrigações, e peso na consciência pelos problemas que se têm levantado. Ora, aqui está um problema! Será que devemos ser todos responsabilizados por igual? Ou há gente com mais culpas no cartório do que outras? Acho que os grandes focos de poluição deveriam ser muito mais responsabilizados, e que a responsabilização deveria começar por eles pois têm muito mais impactos do que o mero cidadão que não pôs a garrafa no vidro! O combate às alterações climáticas tem múltiplas dimensões, e só é possível ser feito eficientemente se alterarmos o sistema em todas as suas dimensões. Isto é, não servem e diminuir as emissões de carbono num lado e aumentar no outro.

A principal fonte de poluentes ambientais é o consumo de combustíveis fósseis, que são a principal fonte de energia mundial, e também o maior negócio mundial. As empresas que lucram com este negócio não estão minimamente interessadas em substituir esta fonte de energia, querem explorá-la ao máximo enquanto ela for rentável. O modo que se encontrou para compatibilizar a necessidade de "cumprir Quioto" com este negócio foi a inovadora técnica de fabrico de biodiesel. Esta técnica está assente na produção de matéria vegetal possuidora de determinadas

características que permitem o fabrico do dito biodiesel. Aqui se levantam vários problemas. A população mundial continua a crescer (logo, necessita de espaço), com esta cresce a necessidade de produção de alimentos, e o

A todo este desequilíbrio está a chegar algo que é apontado como uma solução para os problemas ambientais, o biodiesel, sendo que os países mais visados e com maior potencial para a produção deste, são os países sub-



modo mais fácil de aumentar a produção é aumentar a área cultivada (mais espaço). É necessário preservar as florestas e os restantes ecossistemas (mais espaço). Ano após ano temos assistido ao desmatamento das grandes áreas florestais mundiais, porque consumimos madeira e é necessário aumentar a produção de alimentos, nomeadamente nos países sub-desenvolvidos.

desenvolvidos. Será que há espaço para a produção de matéria vegetal com destino ao biodiesel? A seguir esta estratégia, a necessidade de aumento de produção de biodiesel rapidamente se tornará superior à de alimentos! Seriam necessários vários planetas iguais à terra para produzir biocombustível suficiente para substituir o actual petróleo consumido (sem pensar, nos previsíveis aumentos de consumo das economias

emergentes).

Como efeito secundário, temos o aumento do preço de mercado dos produtos agrícolas destinados ao consumo (caso do milho que terá dupla potencialidade, consumo e biodiesel). E este aumento já se nota em Portugal, basta ver o preço dos lacticínios a aumentar. Há gente que não consegue ter acesso aos alimentos (verdadeiro problema da fome) e se o preço destes aumentar o número de pessoas nesta situação aumentará também. Contudo, este aumento de preços fará com que determinados produtos que não eram rentáveis produzir em determinadas regiões, passem a sê-lo, abrindo novos mercados. E contribuam também para intensificar a agricultura e aumentar a área cultivada. É necessário não esquecer que a super intensificação da agricultura tem custos ambientais muito elevados, passando pela contaminação de solos e lençóis freáticos, erosão, perda de biodiversidade e contaminação atmosférica.

Por todos estes motivos, não acredito que o biodiesel seja solução para qualquer coisa, antes pelo contrário, trará mais problemas a nível ambiental, social, e económico. É necessário que se façam estudos "realistas" para que sejam encontradas as melhores soluções para todas estas problemáticas. Este é um trabalho que compete às Universidades e restantes centros de investigação. Aqui surge um outro problema, é que as Universidades estão a tornar-se verdadeiras instituições privadas, e toda a investigação efectuada é direccionada para aquilo que são os interesses, caprichos e objectivos empresariais.

Onde não há espaço para o debate público!

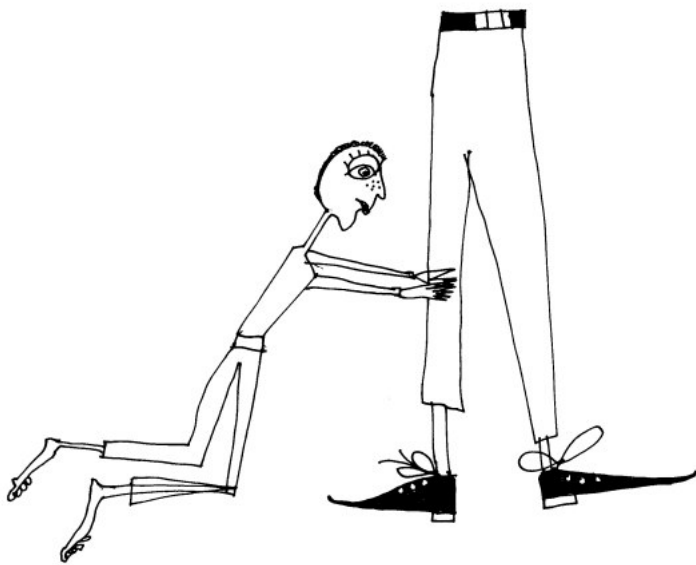
Ricardo Vicente

Porquê a distância?

É algo que alunos e professores pouco ou nada se questionam, afinal sempre foi assim desde o meu primeiro dia de aulas... Professores e alunos, apesar de partilharem o mesmo espaço, os mesmos problemas, e perspectivarem futuros muitas vezes semelhantes, continuam a julgar-se muito distantes (veja-se os últimos ataques ao Ensino Superior Público: cortes orçamentais, Bolonha, RJIES,

anos... Uma das maneiras para resolver este problema é a entrada de professores (possuidores de maior memória) no movimento estudantil. Portanto é necessário que estas duas partes se aproximem, troquem ideias e experiências, e procurem juntas novas (ou talvez velhas) perguntas e respostas. Porque não há aquele que ensina e o que aprende, a aprendizagem é mutua.

Ricardo Vicente



emprestimos em vez de bolsas... Professores e alunos, apesar de partilharem das mesmas opiniões nunca se juntaram! Porquê?). A interação aluno-professor limita-se aos horários escolares e aos temas programados por alguém para um currículo "perfeito", sendo o mais "competitivo" possível, correspondendo cada vez mais (apenas) às necessidades empresariais. Não sobra tempo para discutir a Vida e a Escola dentro desta?

Um dos maiores problemas do movimento estudantil é a falta de memória, pois a maioria dos alunos vai-se embora da faculdade ao fim de 5 ou 6

Internacionalismo estudantil

Um membro do MOVE esteve presente em Atenas no ESF (European Students Forum) que decorreu de 19 a 21 de Outubro. Além dele estiveram também presentes membros de outros movimentos estudantis de toda a Europa, desde o Estado Espanhol, Catalunha, País Basco, França, Grécia, Itália, Alemanha. Naquele espaço foi possível compreender que os ataques ao Ensino Superior fazem parte de uma estratégia Europeia para privatizar o Ensino. Foi possível perceber que as leis são as mesmas, e até as maneiras de enfiar as leis sem discussão, no Verão ou em época de exames. A resposta dos estudantes é que é diferente em cada país e isso pode determinar a aplicação ou não da lei.

Temos o caso da Grécia, onde não há propinas, os livros são grátis e o alojamento para estudantes deslocados é financiado pelo Estado. Neste país os estudantes, com grande mobilização, venceram e conseguiram preservar o Ensino Superior Público.

A Escola ainda decide a Escola. O cúmulo acontece quando, questionada uma estudante grega, acerca do que se paga na Escola, responde que apenas se pagam os cafés. Este caso grego só resultou devido a uma profunda consciência por parte dos estudantes dos ataques que o Ensino estava a sofrer com as novas leis que estavam a ser impostas e também de muita luta. Ocupações de faculdades durante meses, manifestações com milhares de pessoas.

É preciso mobilizar contra a falta de democracia das decisões e contra as decisões que

vêm transformar espaços públicos em espaços de exclusão. Veja-se o caso francês em que este Verão aconteceu exactamente o mesmo que em Portugal com o RJIES, começou agora uma vaga de contestação, as universidades começaram a ser ocupadas para revogar esta lei, e os estudantes vêm para a rua. Apresentaram-se também problemas específicos, como o da Catalunha e o do País Basco, em que as minorias são oprimidas por leis que não tomam em conta as especificidades de cada zona autónoma.

Este encontro europeu de estudantes é já o terceiro depois de Bakauku, cidade no País Basco, e França no ano passado.

O que nos une é a vontade de lutar contra a liberalização do Ensino, mas o que nos une também é a vontade de criar uma alternativa a estas leis, acreditamos na construção de um Ensino Público grátis de qualidade, pela igualdade, democrático e sem exclusão.

Marco Marques

Links e agenda

os últimos acontecimentos em
move-aberto.blogspot.com



As integrações forçadas caracterizam-se pela incoerência.

Tudo em 1

Sem argumento nem actores, apenas som e imagem, uma impressionante viagem à volta da Terra!
 Uma colecção de cenários, fotografados com a maior destreza.

Exibição do filme *Baraka*
 duração: 1h36
<http://www.imdb.com/title/tt0103767/>

3ª feira, dia 20 de Nov., às 18 horas
 Auditório do Pavilhão de Florestal

movEI movimento Aberto por outra vida na Escola move-aberto.blogspot.com
move.aberto@gmail.com



Querido Papai Noel,

est. Natal tenho várias pedidas, como de costume, mas peço a tua especial atenção para um pedido que me preocupa bastante, pois não sei como o conseguir pagar as despesas da meu casa.

Quero que o Natal seja gratuito para toda a gente, para que ninguém seja excluído. De isso não faz questão. Quando o meu aniversário, meu pai-me que me oferece 94€, pois eu não sou capaz de pagar este valor em apenas 2 prestações. Porque tal como os meus pais, eu também já tenho um trabalho precário.



Artigos jornal Libération:

<http://www.liberation.fr/actualite/societe/290047.FR.php>
[290117.FR.php](http://www.liberation.fr/actualite/societe/290117.FR.php)
[290267.FR.php](http://www.liberation.fr/actualite/societe/290267.FR.php)
[290319.FR.php](http://www.liberation.fr/actualite/societe/290319.FR.php)
[290373.FR.php](http://www.liberation.fr/actualite/societe/290373.FR.php)

Artigos jornal Le Monde:

<http://www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-3224,36-976271,0.html>
[0,1-0@2-823448,36-976342,0.html](http://www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-823448,36-976342,0.html)
[0,1-0@2-823448,36-976343,0.html](http://www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-823448,36-976343,0.html)
[0,1-0@2-823448,36-976445,0.html](http://www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-823448,36-976445,0.html)
[0,12-0@2-3224,31-976255,0.html](http://www.lemonde.fr/web/article/0,12-0@2-3224,31-976255,0.html)
[0,1-0@2-3224,36-976753,0.html](http://www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-3224,36-976753,0.html)
[0,1-0@2-823448,36-976219,0.html](http://www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-823448,36-976219,0.html)

Outros movimentos bacanos:

ACTUa - FCUP _ url: <http://actua-fcup.blogspot.com/>
 AGIR - UM _ url: <http://agir-uminho.blogspot.com/>
 Alternativa Académica _ url: <http://alternativacademica.blogspot.com/>
 Des1biga - FMUL _ url: <http://des1biga.blogspot.com/>
 FAE - UC _ url: <http://accaoestudantil.blogspot.com/>
 FAInA - ISCSP - FMV - FA _ url: <http://afaina.blogspot.com/>
 FERVE _ url: <http://fartosdestesrecibosverdes.blogspot.com/>
 Grupo D'Acção Estudantil - ISCTE _ url: <http://gae-iscte.blogspot.com/>
 Intermitentes do Espectáculo
 Letras em Manifesto - FLUL _ url: <http://letraseinmanifesto.blogspot.com/>
 M.A.T.A. _ url: <http://mata.xm.com/>
 May Day!! _ url: <http://2007mayday.wordpress.com/>
 Movimento IST Alternativo _ url: <http://mista-blog.blogspot.com/>
 MUdA - Movimento Universidade Alternativa - FCUL _ url: <http://muda.co.nr/>
 Precários Inflexíveis _ url: <http://precariosinflexiveis.blogspot.com/>
 Reage _ url: <http://reage-aag.blogspot.com/>
 SALTA - FMUL _ url: <http://salta-fml.blogspot.com/>
 ULx - UL _ url: <http://unl.blogspot.com/>

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA****PARTE I****Direitos e deveres fundamentais****TÍTULO III****Direitos e deveres económicos, sociais
e culturais****CAPÍTULO III****Direitos e deveres culturais****Artigo 74.º
(Ensino)**

1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;

b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;

c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;

d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus

mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;

e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;

f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais;

g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;

h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;

i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;

j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efectivação do direito ao ensino.